

COMISSÃO DE ESPORTE

PROJETO DE LEI Nº 1.148, DE 2015.

Dispõem sobre a isenção de imposto de importação (II) e todos os impostos referentes à importação, como as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep – Importação e da Cofins – Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno, imposto sobre a circulação de mercadorias (ICMS), dos produtos que menciona, para os artigos esportivos, equipamentos e máquinas destinados ao uso, manutenção e prática do esporte golfe.

Autor: Deputado **LUIZ NISHIMORI**

Relator: Deputado **ALTINEU CÔRTEZ**

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 1.148, de 2015, autoriza a isenção da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição para o PIS/PASEP-IMPORTAÇÃO, da COFINS-IMPORTAÇÃO, incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno, bem como do ICMS, dos produtos esportivos, equipamentos e máquinas destinados ao uso, manutenção e prática do golfe.

Na Comissão de Esporte, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Cumpre-me, por designação da Presidência da Comissão de Esporte, a elaboração de parecer sobre o mérito desportivo da proposta em exame.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O desenvolvimento do golfe no Brasil enfrenta uma série de obstáculos, alguns dos quais este projeto de lei busca superar. Trata-se da elevada carga tributária sobre os equipamentos esportivos, importados. Esta proposição tem por objetivo autorizar a isenção de impostos e contribuições sociais incidentes sobre a importação e a venda de artigos esportivos, equipamentos e máquinas para o uso, manutenção e prática do golfe.

No Brasil o número de praticantes de golfe saltou de 7 mil em 1991 para 25 mil em 2011, o que ainda é muito modesto (sítio eletrônico Revista Época, 16/02/2012). Segundo dados do sítio eletrônico chamado New Golf, o preço médio de um jogo completo de tacos com bolsa seria de R\$ 2.000,00 para iniciantes e a partir de R\$ 4.000,00 para profissionais. Usados poderiam ser adquiridos por cerca de R\$ 800,00. Além disso, a taxa para se jogar em um campo de 18 buracos giraria entre R\$ 50,00 e R\$ 400,00. O título de um clube de golfe custaria em média R\$ 100mil, com mensalidade de R\$ 1 mil. Ainda conforme reportagem da Revista Época de 16 de fevereiro de 2012, havia naquele ano um único campo público de golfe no país.

O elevado custo para a prática do golfe impede a sua democratização bem como o surgimento de grandes talentos brasileiros. A isenção proposta é fundamental para possibilitar o desenvolvimento dessa modalidade esportiva. Ressaltamos apenas que o ICMS é imposto estadual e, portanto, apenas lei estadual ou do Distrito Federal podem autorizar isenções a ele referentes, aspecto que deverá ser examinado quando da apreciação na Comissão de Finanças e Tributação desta Casa.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 1.148, de 2015, do Sr. Luiz Nishimori.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado ALTINEU CÔRTEZ

Relator